



**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E FLORESTAL
- 2017 -**

01 Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, na
02 sala de reuniões da Secretaria de Meio Ambiente, Edifício Sede, no 4º andar,
03 reuniram-se os membros da Câmara de Compensação Ambiental e Florestal:
04 LEOCLIDES MILTON ARRUDA, Presidente da Câmara de Compensação
05 Ambiental e Florestal – CCAF; VANDETE INÊS MALDANER, representando a
06 Superintendência de Estudos, Programas, Monitoramento e Educação
07 Ambiental – SUPEM; PEDRO HENRIQUE ZUCHI DA CONCEIÇÃO, representando
08 a Universidade de Brasília – UnB; GEDILENE LUSTOSA GOMES DE ALMEIDA,
09 representando os Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Distritais;
10 EDENIO GUSTAVO DE C. SALES, representando a Superintendência de
11 Fiscalização Ambiental – SUFAM; PAULO CÉSAR MAGALHÃES FONSECA,
12 representando a Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas – SUGAP;
13 NAZARÉ LIMA SOARES, representando a Secretaria de Meio Ambiente do
14 Distrito Federal – SEMA, e, na qualidade de convidados: JANE MARIA VILAS
15 BÔAS (Presidência do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM), MARCOS AGE DE
16 SOUSA (Assessoria de Comunicação Social – ASCOM/IBRAM) e LUIZ
17 FERNANDO XAVIER DA SILVA (Gerência de Gestão Florestal do IBRAM –
18 GEFLO), além dos servidores RICARDO RORIZ e SAMUEL DE JESUS SILVA LIMA,
19 da Unidade de Compensação Ambiental e Florestal – UCAF, sendo estes
20 últimos no exercício da função de Secretaria Executiva da CCAF, para dar início
21 aos trabalhos da terceira reunião ordinária da Câmara de Compensação

Ata da 3ª Reunião Ordinária da CCAF - 2017



22 Ambiental e Florestal - CCAF do ano de 2017, a qual foi instituída pela
23 Instrução IBRAM nº 130, de 07 de junho de 2016, que teve como pauta os
24 seguintes itens: I. Compensação ambiental. Projeto Como Pode um Peixe Vivo
25 – Processo SEI-GDF nº 00391-00016463/2017-57 e II. Compensação
26 florestal – Documento de Origem Florestal – DOF – Processo SEI-GDF nº
27 00391-00016147/2017-85. Conferido o *quorum*, foi dado início aos trabalhos
28 pelo presidente da CCAF, o Sr. Leoclides Milton Arruda, que inicialmente
29 apresentou aos membros as justificativas pelas ausências dos representantes da
30 SULAM, da SUAG, de um dos representantes dos Conselhos Gestores de
31 Unidades de Conservação Distritais, sobre as alterações na composição do
32 colegiado com relação às representações do ICMBio, da SEMA e da
33 Universidade de Brasília e ainda sobre a presença dos senhores Marcos Age de
34 Sousa, Assessor de Comunicação do IBRAM, Luiz Fernando Xavier da Silva,
35 gerente da GEFLO, além da Presidente do IBRAM, a senhora Jane Maria Vilas
36 Bôas. Passou-se então a palavra ao senhor Ricardo Roriz para que este
37 procedesse à apresentação da pauta. O chefe da UCAF explicou que o item 1
38 da pauta trata de proposta para destinação de recursos de compensação
39 ambiental decorrente da implantação de parcelamento de solo denominado
40 Jardins Genebra, de interesse da FGR Construtora e Incorporadora S.A., no valor
41 de quatrocentos e oitenta e sete mil, duzentos e trinta reais e trinta e sete
42 centavos. Já o item 2, continuou o chefe da UCAF, trata-se de compensação
43 florestal, decorrente de supressão de vegetação arbórea para construção civil,
44 de interesse da empresa 906 Norte Empreendimentos Imobiliários S.A., no valor
45 de dezesseis mil quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos.
46 O senhor Ricardo Roriz informou que, no caso do item 1, a proposta
47 apresentada é para que os recursos da compensação sejam utilizados para
48 custear ações de divulgação, conscientização e educação ambiental

Ata da 3ª Reunião Ordinária da CCAF - 2017



49 relacionados ao projeto denominado “Como Pode um Peixe Vivo...”, no que se
50 refere especificamente à sua primeira etapa, visto que o referido projeto
51 compreende outras etapas, com duração de um ano e meio ao todo, e que a
52 ideia de dividir por etapas decorre da dificuldade de se encontrar uma única
53 compensação ambiental cujo valor seja suficiente para cobrir todo o projeto. O
54 chefe da UCAF apresentou aos membros do colegiado um quadro-resumo dos
55 itens que compõem a proposta e seus respectivos custos, ressaltando que foi
56 encaminhada previamente uma tabela mais detalhada da proposta a todos os
57 membros por meio de correio eletrônico. O presidente da CCAF apresentou,
58 então, a senhora Jane Maria Vilas Bôas, presidente do IBRAM, aos membros do
59 colegiado, explicando que caberá a ela apresentar, de forma mais detalhada, o
60 projeto “Como Pode um Peixe Vivo...”, ressaltando a importância do projeto
61 diante da atual crise hídrica por que passa o Distrito Federal, da relevância do
62 Lago Paranoá nesse contexto, o que gera a necessidade de mobilização para
63 que se melhore a condição das águas que chegam até ele por meio de
64 melhorias nos seus tributários, como é o caso do córrego Riacho Fundo. Em
65 sua fala inicial, a presidente do IBRAM lembrou o processo de ampliação das
66 representações no colegiado da Câmara de Compensação Ambiental e Florestal
67 iniciado em 2015, que hoje conta com representantes do ICMBio, da UnB e da
68 sociedade civil organizada, que contribuem grandemente para o processo
69 decisório da CCAF, além de outras melhorias, como a criação de uma comissão
70 técnica permanente para análise e avaliação das propostas para destinação de
71 recursos compensatórios. No que se refere ao projeto “Como Pode um Peixe
72 Vivo...”, a presidente do IBRAM explicou que o órgão ambiental compartilha
73 uma grande responsabilidade sobre o Lago Paranoá com outros órgãos, como
74 a Capitania de Portos, a ANEEL, ADASA, principalmente pelo fato de ele ter
75 sido elevado à categoria de manancial, o que demanda mais ações para



76 garantir sua integridade e viabilidade frente a grandes ameaças, como é o caso
77 dos processos de eutrofização provocados pelo aporte de sedimentos
78 orgânicos e macronutrientes trazidos pelas águas poluídas do córrego Riacho
79 Fundo, por exemplo, que possui treze quilômetros em linha reta, e que o que
80 está ao alcance do órgão, de imediato, é promover a melhoria da qualidade
81 das águas dos afluentes do Lago Paranoá e, principalmente, disponibilizar para
82 a população um processo de educação ambiental vigoroso e efetivo, que torne
83 a recuperação da bacia hidrográfica um imperativo para a população e que
84 possa também ser utilizado por futuros gestores como um modelo de
85 recuperação de bacias hidrográficas. Em resumo, a senhora Jane Vilas Bôas
86 informou que o objetivo do projeto "Como Pode um Peixe Vivo..." é melhorar
87 as condições imediatas e fazer produzir melhorias nas condições das águas do
88 Riacho Fundo por meio de várias ações técnicas feitas em suas margens e em
89 seu leito, mas principalmente mobilizar a consciência da sociedade sobre a
90 necessidade e poder de defender a bacia como um todo, ou seja, a ambição
91 maior do projeto é o efeito pedagógico pelo compartilhamento de informações
92 e experiências por meio de vídeos, informativos e afins, numa visão mais
93 ampla, numa visão de bacia hidrográfica. O projeto, continuou a presidente do
94 IBRAM, possui grande originalidade e apresenta-se como uma grande luta,
95 visto que desafia os atuais paradigmas de trabalho dos órgãos envolvidos, a
96 sistemática de gestão dentro e fora dos órgãos envolvidos, que somam vinte
97 cinco órgãos, como IFB, Embrapa, ICMBio, Administrações Regionais, CAESB,
98 NOVACAP, EMATER, SLU, ADASA e outros, além de organizações da sociedade,
99 numa matriz que reúne as missões institucionais por eixos temáticos, unidos
100 transversalmente pelo projeto "Como Pode um Peixe Vivo...", que tem como
101 espécie bandeira o pirá-Brasília, endêmico ao Distrito Federal, e que servirá
102 para registrar e divulgar todas ações realizadas, tendo como âncora a



103 população, para que esta possa se apropriar, compreender todo o processo e
104 também protagonizar ações pedagógicas dentro do projeto, por diversos
105 meios. A presidente do IBRAM defendeu ainda que o Projeto propõe uma
106 lógica de trabalho que considera a bacia hidrográfica como uma unidade
107 básica, diferente do que é adotado no IBRAM, e nos outros órgãos também,
108 que adotam uma visão mais fragmentada, pontual, que gera retrabalhos e
109 sobreposição de esforços, culminando no desperdício de recursos públicos e
110 privados. Como exemplo da nova lógica de trabalho trazida pela experiência do
111 projeto em questão, a senhora Jane Vilas Bôas mencionou a Educação
112 Ambiental, cujo projeto seria trabalhado pelas equipes de Educação Ambiental
113 de todos os órgãos, com adesão posterior de empreendedores nos casos de
114 licenciamento ambiental ou outros procedimentos correlatos. A presidente do
115 IBRAM acrescentou que o Projeto está fechando parcerias com a Embaixada da
116 Holanda, que possui grande *expertise* em recursos hídricos e pode contribuir
117 na despoluição do córrego Riacho Fundo, além de que o Projeto foi
118 apresentado ao Governador do Distrito Federal, que o recebeu com grande
119 entusiasmo e assumiu o compromisso de atribuir a cada um dos órgãos
120 envolvidos as respectivas demandas, dando maior visibilidade à agenda
121 ambiental, incluindo o lançamento oficial no evento Virada do Cerrado, o que
122 também explica em parte a correria no andamento do projeto. A presidente do
123 IBRAM concluiu acrescentando que o projeto em questão servirá como modelo
124 para o plano de recuperação de Áreas de Preservação Permanente, de
125 nascentes e Reserva Legal, de bacia hidrográfica como um todo, do Distrito
126 Federal diante da crise hídrica, e representa um esforço intersetorial, com
127 inclusão de atores sociais importantes, que precisa ser documentado,
128 entendido, apropriado, visando sua replicação em benefício do meio ambiente.
129 Na sequência, foi mostrado um vídeo de apresentação do Projeto aos membros



130 do colegiado, e passou-se então à discussão sobre a proposta, com as
131 explicações do chefe da UCAF sobre o procedimento para destinação de
132 recursos das compensações ambiental e florestal, desde a chegada das
133 propostas à UCAF, a análise frente aos Planos de Diretrizes até a chegada da
134 proposta à CCAF para discussão e deliberação, e especificamente, sobre como
135 é feita a vinculação dos recursos compensatórios às propostas, a qual considera
136 diversos fatores, como o valor, a *expertise* do devedor da compensação em
137 executar determinados projetos, bem como o próprio projeto. O senhor Ricardo
138 Roriz informou ainda que a proposta do projeto “Como Pode um Peixe Vivo...”
139 foi analisada na UCAF e na Comissão Permanente de Propostas para
140 Compensação – CPPC como um todo, ou seja, compreendendo todas suas
141 etapas, destacando que devido ao seu caráter transversal, por se tratar de uma
142 proposta que envolve educação ambiental, os benefícios ao meio ambiente
143 extrapolam as unidades de conservação diretamente envolvidas, encaixando-se
144 perfeitamente no Plano de Diretrizes para Aplicação de Recursos da
145 Compensação Ambiental. Em seguida, o senhor Edenio Sales perguntou como
146 é feita a escolha do prestador de serviço, ao que o chefe da UCAF respondeu
147 que, no caso em que os devedores de compensação são órgãos ou entidades
148 públicos, normalmente estes fazem licitação para escolha dos prestadores de
149 serviços, no entanto, quando se trata de devedores particulares, por ocasião da
150 assinatura do Termo de Compromisso, o IBRAM apresenta um Termo de
151 Referência a partir do qual os próprios particulares buscam no mercado
152 orçamentos, no mínimo de três, referentes aos serviços para balizarem a
153 contratação dos prestadores de serviços. Porém, no caso específico do Projeto
154 “Como Pode um Peixe Vivo...”, cuja ideia foi gerada a partir de conversas entre
155 o IBRAM, SEMA e pessoas que possuíam experiência em criar e executar esse
156 tipo de processo, por se tratar de obra artística, com empresa reconhecida,

Ata da 3ª Reunião Ordinária da CCAF - 2017



157 premiada, entende-se, por analogia com a Lei 8.666/1993, que seria um caso
158 de dispensa, conforme documento a ser elaborado pela Procuradoria Jurídica
159 do IBRAM, completou o chefe da UCAF. O senhor Edenio Sales afirmou ainda
160 que os custos do projeto apresentado estão muito “enxutos” e questionou se
161 isso não seria um possível obstáculo à execução dos serviços diante de fatos
162 supervenientes, uma vez que não há quase margem para aditamento nos
163 valores previstos e, com relação a um trecho de um Parecer Técnico sobre o
164 projeto em questão, que afirma não haver possibilidade de verificação da
165 estimativa de custos apresentado no projeto, o representante da SUFAM
166 afirmou que recentemente a produtora Tânia Quaresma fez um documentário
167 intitulado “Catadores de História”, na mesma proposta do “Como Pode um
168 Peixe Vivo...” e questionou se os custos em ambos os projetos foram
169 confrontados. Em resposta, o senhor Ricardo Roriz, no primeiro caso, disse não
170 ver a possibilidade de não execução da proposta por motivos supervenientes
171 relacionados aos custos e, no segundo caso, afirmou que não houve a
172 comparação entre os referidos projetos, até porque a proposta em discussão
173 não diz respeito ao curta ou ao longa metragem, mas sim ao lançamento inicial
174 do projeto. Em complementação à fala do senhor Ricardo Roriz, o presidente
175 do colegiado afirmou, em consonância com o que foi apresentado pela
176 senhora Jane Vilas Bôas, que a proposta em apreciação é o lançamento da
177 comunicação, que é a primeira parte dentro de um cronograma que vai ser
178 estabelecido de acordo com a divisão das tarefas do projeto com o restante
179 dos órgãos envolvidos. A senhora Nazaré Soares disse que, pela proposta, as
180 ações que serão realizadas com os recursos da compensação ambiental são
181 educação ambiental, sensibilização e divulgação e apresentou questionamento
182 sobre quais seriam as demais etapas do projeto e o detalhamento de cada uma
183 delas. Em resposta, a senhora Vandete Maldaner afirmou que a falta de



184 detalhamento da proposta inicial foi questionada também pela Comissão
185 Permanente de Avaliação de Propostas – CPPC, o que resultou na apresentação
186 de nova planilha, mais detalhada, mas que não foi disponibilizada ainda aos
187 membros e, a título de exemplo de atividade dentro das etapas, a
188 representante da SUPEM citou a contratação de jovens da Região
189 Administrativa da Estrutural, que participaram do projeto “Catadores de
190 História” para serem os operadores de um vídeo com crianças da comunidade
191 do Riacho Fundo. A representante da SEMA esclareceu que sua preocupação
192 quanto ao caso é no que diz respeito ao detalhamento do que realmente será
193 desenvolvido em cada caso, citando, por exemplo, que na educação ambiental
194 os vídeos são instrumentos, mas o que será feito posteriormente como eles
195 precisa ser bem detalhado para que se possa verificar se realmente são ações
196 tipicamente de educação ambiental, bem como o que se espera das ações para
197 fins de controle. O senhor Ricardo Roriz, em complemento ao que disse a
198 senhora Vandete Maldaner, afirmou que o projeto inicialmente apresentado e
199 questionado pela CPPC quanto ao detalhamento do que seriam as entregas,
200 objetivos gerais e específicos, foi melhorado posteriormente e esperava-se
201 fosse apresentado aos membros no início da reunião, o que não ocorreu
202 devido à falta de tempo hábil. Neste sentido, a senhora Gedilene de Almeida
203 demonstrou-se insatisfeita com a proposta encaminhada previamente por,
204 devido ao baixo nível de detalhamento, não permitir verificar a inserção ou não
205 da comunidade do Riacho Fundo como participante ativo do projeto. Ainda
206 quanto ao detalhamento da proposta, o senhor Edenio Sales salientou que, de
207 acordo com a proposta e segundo as explicações apresentadas, o projeto será
208 realizado ao longo de um ano e meio e em etapas e questionou se estas serão
209 executadas sequencialmente ou concomitantemente e onde constam o
210 detalhamento dos produtos a serem entregues, bem como o respectivo



211 cronograma financeiro. Em resposta, o chefe da UCAF afirmou que as etapas
212 terão execução sequencial e que as informações sobre o cronograma financeiro
213 de desembolso constarão no Termo de Referência emitido após a formalização
214 do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental, acrescentando que a
215 lista de ações previstas na primeira etapa e encaminhada previamente aos
216 membros sofreu modificações em razão da realização de melhorias quanto ao
217 nível de detalhamento. Em seguida, a senhora Vandete Maldaner esclareceu
218 que o objetivo geral do projeto “Como Pode um Peixe Vivo...”, inicialmente
219 traçado, era mobilização para revitalização do ribeirão Riacho Fundo, no
220 entanto, optou-se posteriormente por ampliar a escala de atuação para a bacia
221 hidrográfica como um todo, visando melhores benefícios, com ações práticas
222 realizadas tanto pelos 25 órgãos e entidades envolvidos quanto pela
223 comunidade local. A representante da SUPEM apresentou então, oralmente, aos
224 interessados algumas das ações a serem realizadas na primeira etapa do
225 projeto, objeto da proposta em discussão, quais sejam: ações relacionadas ao
226 lançamento do projeto; realização de rodas de conversas vivência com jovens
227 das comunidades lindeiras e do coletivo da cidade com vistas à sensibilização e
228 envolvimento destes no projeto; produção de documentários, apresentação do
229 Pirá-Brasília como espécie bandeira do projeto, exibição do documentário no
230 Parque do Riacho Fundo, produção de mini-documentários, produção de
231 almanaque, entre outras. Em seguida, o senhor Paulo César Fonseca questionou
232 se o novo documento apresentado, com as modificações solicitadas pela CPPC
234 e ainda não disponibilizado aos membros do colegiado, já contempla o
235 detalhamento minucioso de todas as etapas do processo, ao que a senhora
236 Vandete Maldaner respondeu que sim e que também não teve acesso
237 previamente ao documento. A senhora Nazaré Soares enfatizou que não
238 discute a importância do projeto, mas somente o fato de não constar na



239 proposta encaminhada aos membros o detalhamento das ações
240 correspondentes às etapas e que diante da discussão e dos esclarecimentos
241 apresentados não vê óbice à apreciação da proposta, desde que seja
242 encaminhado o projeto detalhado aos membros posteriormente. Por sua vez, o
243 senhor Pedro Zuchi, representante da Universidade de Brasília, afirmou que
244 trabalhos que envolvem educação ambiental não são simples de serem
245 executados e que apoia fortemente ações que utilizem a produção de
246 documentários como instrumento de conscientização ambiental, citando, como
247 exemplo, trabalho desenvolvido por graduandos do curso Ciências Ambientais
248 sobre o desperdício de alimentos, que tem gerado críticas positivas e já
249 ganhou alguns prêmios. O representante da UnB demonstrou ainda
250 preocupação com os custos da proposta, tendo em vista a qualidade do vídeo
251 apresentado no início da reunião, principalmente quando comparado com o
252 trabalho realizado pelos alunos, citado anteriormente, os quais dispunham de
253 poucos recursos técnicos e financeiros, mas conseguiram executar um trabalho
254 considerado muito bom. O senhor Pedro Zuchi reforçou ainda que não se
255 refere à importância do projeto, que é uma ferramenta com grande potencial
256 para gerar a conscientização da comunidade e promover a execução de ações
257 que visem à recuperação do curso d'água e também da própria bacia
258 hidrográfica e à consolidação do entendimento de sua importância no contexto
259 ambiental, no entanto, defendeu que da forma como foi apresentado, sem um
260 detalhamento que permita avaliar de forma clara e objetiva o que se esperar
261 do projeto, fica difícil uma manifestação positiva quanto a sua aprovação. O
262 senhor Paulo César Fonseca alertou que, devido à natureza da proposta, atestar
263 os resultados pode ser uma tarefa de difícil execução e questionou como se
264 daria essa mensuração. Em resposta, a representante da SUPEM na CCAF
265 informou que, com a aprovação da proposta e considerando as adequações do



266 projeto solicitadas pela CPPC, seria elaborado Termo de Referência contendo
267 itens que viabilizem o controle da execução do projeto. Em reforço à sua fala
268 inicial, o senhor Pedro Zuchi alertou que por se tratar de uma proposta
269 inovadora, com um tema de alta relevância, que é a educação ambiental, a falta
270 de um detalhamento que expresse efetivamente do que se trata o projeto,
271 como será executado e controlado, qual o roteiro de educação ambiental com
272 os indicativos de que efetivamente se trata de educação ambiental e de que os
273 objetivos estabelecidos serão atingidos inviabiliza, sob o seu ponto de vista, a
274 análise da proposição. Em seguida, o senhor Leocliedes Arruda esclareceu que o
275 Pirá-brasília é apenas a espécie bandeira do projeto “Como Pode um Peixe
276 Vivo...”, ou seja, ele representa a causa levantada no projeto, que é a
277 conscientização sobre a importância do recurso natural, do risco que ele corre,
278 de modo que isso promova a execução de ações integradas no sentido da
279 reabilitação ou recuperação das áreas. O presidente da CCAF esclareceu ainda
280 que a proposta do projeto surgiu de uma conversa da presidente do IBRAM e
281 foi repassada à Secretaria Geral do órgão para que esta assumisse a articulação
282 com outras unidades orgânicas, em um Grupo de Trabalho, visando à
283 formalização do projeto, o qual foi apresentado ao Governador do Distrito
284 Federal, que decidiu pela antecipação de sua comunicação. Portanto, enfatizou
285 o presidente da CCAF, a proposta sobre a qual se discute é a utilização de
286 recursos compensatórios para o custeio da comunicação do referido projeto,
287 que devido à antecipação acarretou alguns problemas relacionados aos prazos.
288 Em relação às outras etapas do projeto, o senhor Leocliedes Arruda afirmou que
289 ainda estão sendo avaliadas pelo mencionado Grupo de Trabalho. Foram
290 distribuídas, em seguida, aos membros do colegiado cópias contendo a
291 descrição das ações que compõem a proposta em discussão, contemplando as
292 readequações recomendadas pela CPPC. Em relação à proposta reformulada, a

Ata da 3ª Reunião Ordinária da CCAF - 2017



293 senhora Nazaré Soares recomendou que, por ocasião da emissão do Termo de
294 Referência, sejam observadas as conceituações e distinções das ações, de modo
295 que seja possível verificar quais ações são de educação ambiental, quais são de
296 comunicação e como serão controladas as entregas. A representante da SUPEM
297 reforçou o que foi esclarecido pelo presidente do colegiado, no que diz
298 respeito à rapidez com que as demandas surgiram, e justificou que as
299 readequações da proposta se deram no sentido de melhorá-la, além do fato da
300 proposta ser pioneira no âmbito da Câmara de Compensação Ambiental e
301 Florestal. O senhor Pedro Zuchi apontou que a proposta apresentada durante a
302 reunião diverge da encaminhada previamente por correio eletrônico, entre
303 outras coisas, quanto ao número de ações previstas, naquela maior que nesta,
304 ao que o senhor Ricardo Roriz respondeu que a proposta encaminhada por
305 meio de correio eletrônico, que deve ser desconsiderada, foi readequada por
306 recomendações da CPPC e não houve tempo hábil para o encaminhamento aos
307 membros. O chefe da UCAF enfatizou ainda que esse fato nunca havia
308 ocorrido, ou seja, os membros sempre receberam todos os documentos
309 relacionados às proposições com antecedência. O senhor Leoclides Arruda
310 explicou que o fato da proposta ter sido readequada às recomendações da
311 CPPC não a exime de ser objeto de novas readequações a partir de
312 constatações decorrentes da análise minuciosa do colegiado. Neste sentido, o
313 senhor Paulo César Fonseca apontou que no item que trata das contrapartidas,
314 de imagem, social, ambiental etc, não fica claro que o produto da proposta
315 será do IBRAM, ou seja, que o órgão ambiental poderá utilizar o trabalho em
316 outras situações, e sugeriu que a autorização ficasse expressa no instrumento.
317 Após ampla discussão, a Câmara de Compensação Ambiental e Florestal –
318 CCAF deliberou, por maioria de seus membros presentes, pela aprovação da
319 destinação dos recursos da compensação ambiental decorrente do



320 empreendimento denominado "Jardins Genebra", de interesse da empresa FGR
321 Construtora Jardins Genebra S/A, processo SEI nº 00391-00018264/2017-83, no
322 valor de quatrocentos e oitenta e sete mil, duzentos e trinta reais e trinta e sete
323 centavos, para custear ações de divulgação, conscientização e educação
324 ambiental relacionadas ao projeto denominado "Como Pode um Peixe Vivo...",
325 especificamente quanto à sua primeira etapa e as diversas partes do seu
326 lançamento oficial. Votaram contra a aprovação da proposta os representantes
327 da Universidade de Brasília - UnB e da Superintendência de Fiscalização
328 Ambiental – SUFAM. O representante da UnB justificou que o nível de
329 detalhamento da proposta não é suficiente para delimitar aspectos importantes
330 da proposta, não permitindo determinar de forma clara e objetiva se os
331 recursos da compensação ambiental seriam bem aplicados no projeto, além do
332 que existe uma diferença no número de ações que constam na proposta
333 readequada, apresentada na reunião, e na proposta que foi encaminhada
334 previamente por meio de correio eletrônico. Por sua vez, o senhor Edenio Sales
335 justificou seu voto contrário à proposta pelo fato de esta não trazer elementos
336 claros que permitam visualizar e quantificar o produto a ser entregue e
337 também pela falta de tempo hábil para analisar as readequações com maior
338 precisão uma vez que estas só foram apresentadas durante a reunião. O senhor
339 Paulo César Fonseca justificou que seu voto favorável à aprovação da proposta
340 considera, entre outras coisas, as readequações elaboradas e apresentadas pela
341 proponente em atendimento às recomendações da CPPC. A representante da
342 SEMA reforçou que seu voto favorável à aprovação da proposta é vinculado às
343 recomendações apresentadas, ou seja, a observação às conceituações e
344 distinções das ações, de modo que seja possível verificar quais ações são de
345 educação ambiental, quais são de comunicação e como serão controladas as
346 entregas dos produtos ao longo da execução do projeto, e ainda vincular às



347 atividades previstas no projeto ao que empresa contratada realmente vai fazer.
348 Por ocasião da declaração de seu voto, favorável à aprovação da proposta, o
349 presidente da CCAF reforçou que as deliberações da Câmara devem ser sempre
350 subsidiadas com todas as informações necessárias ao pleno entendimento das
351 propostas pelo colegiado, o que é conseguido como o envio prévio dos
352 pareceres respectivos pela UCAF. Superada esta etapa, iniciou-se a
353 apresentação do item dois da pauta, que trata de proposta para destinação de
354 recursos de compensação florestal para realização de *workshop* sobre o
355 Documento de Origem Florestal – DOF. A apresentação da proposta foi feita
356 pelo servidor Luiz Fernando, gerente da Gerência de Gestão Florestal do IBRAM
357 – GEFLO, que explicou que o DOF é uma exigência do Código Florestal (Lei
358 12.651/2012) para o transporte e armazenamento de produtos de origem
359 florestal e que atualmente a gestão do DOF é atribuída ao IBRAM, por meio de
360 acordo de cooperação assinado como o IBAMA, que prevê entre suas cláusulas
361 a obrigação de realização de eventos para divulgação e fortalecimento do DOF.
362 O gerente da GEFLO explicou que o evento objeto da proposta prevê a oferta
363 de 80 vagas, abertas ao público interessado no assunto. O senhor Edenio Sales
364 perguntou se haverá reserva de vagas para servidores do IBRAM. Em resposta,
365 o senhor Luiz Fernando afirmou que, a princípio, as inscrições ficarão abertas
366 sem reserva de vagas e, caso o número de interessados seja superior ao de
367 vagas, após a confirmação, deverá haver uma lista de priorização por setor. A
368 senhora Vandete Maldaner recomendou que seja feita reserva de vagas de
369 modo a garantir que setores que trabalhem diretamente com o DOF tenham
370 precedência às vagas. O gerente da GEFLO esclareceu que é difícil priorizar o
371 acesso às vagas porque a procura ainda é desconhecida e estima que as vagas
372 ofertadas serão suficientes para contemplar a todos os interessados. O senhor
372 Luiz Fernando esclareceu ainda que o *workshop* será organizado em três



373 palestras que serão: gestão do sistema DOF no Distrito Federal, Ações de
374 Fiscalização e Novas Tecnologias para identificação de madeira, além de
375 momentos de discussão. O gerente da GEFLO finalizou sua apresentação
376 afirmando que o Documento de Origem Florestal é uma ferramenta auxiliar no
377 controle do desmatamento, sendo assim seu aprimoramento beneficia
378 diretamente o meio ambiente. Na discussão sobre a proposta, a senhora
379 Nazaré Soares perguntou ao gerente da GEFLO se não há necessidade de
380 elaboração de um material gráfico mais amigável para difusão das informações
381 sobre o DOF, principalmente considerando que sua gestão pelo Distrito Federal
382 ainda é recente e por tratar-se de um documento extremamente técnico, ao
383 que o gerente da GEFLO respondeu que há essa necessidade, mas que se está
384 aguardando publicação de Instrução sobre o assunto que norteará esse tipo de
385 divulgação. A representante da SEMA sugeriu então que o saldo da
386 compensação florestal fosse vinculado, por deliberação da CCAF, para a
387 elaboração de material educativo relacionado ao DOF. O senhor Leoclides
388 Arruda ponderou que, embora haja grande pertinência na proposição da
389 representante da SEMA, por razões procedimentais não é aconselhável que se
390 faça a destinação de parte dos recursos para elaboração de material educativo,
391 visto que extrapola os limites da proposta inicialmente apresentada, mas que se
392 formule uma proposta exclusivamente para esse assunto. Após ampla
393 discussão, o colegiado da Câmara de Compensação Ambiental e Florestal
394 deliberou pela aprovação da proposta, por unanimidade de seus membros
395 presentes, para destinação dos recursos da compensação florestal objeto do
396 processo SEI nº 00391-00018343/2017-94, no valor de dezesseis mil,
397 quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos, para realização de
398 *workshop* sobre o Documento de Origem Florestal – DOF, ficando certo que a
399 destinação do saldo residual deverá ser objeto de nova deliberação pela CCAF.

Ata da 3ª Reunião Ordinária da CCAF - 2017



400 O senhor Pedro Zuchi destacou no seu voto a importância de se seguir a
401 sequência ordinária dos procedimentos, com o tempo necessário para o
402 raciocínio correto e a maturação das ideias, e elogiou a equipe do IBRAM
403 responsável pelos procedimentos de destinação das compensações. Por fim, o
404 presidente da CCAF deu por encerrada a reunião, ressaltando a importância da
405 representatividade de diversos setores da sociedade no colegiado, à qual
406 atribuiu grandes ganhos nas deliberações da CCAF. Nada mais foi dito nem
407 discutido. Eu, Samuel de Jesus Silva Lima, servidor lotado na UCAF e, portanto,
408 membro da Secretaria Executiva da CCAF, conforme Instrução IBRAM nº 130, de
409 07 de junho de 2016, redigi a presente ata, que, lida e aprovada, segue
410 rubricada e assinada por todos os membros participantes da Terceira Reunião
411 Ordinária da CCAF de 2017, além dos representantes da SECCAF.

LEOCLIDES MILTON ARRUDA

Presidente da Câmara de Compensação Ambiental e Florestal

VANDETE INÊS MALDANER

Superintendência de Programas, Estudos, Monitoramento
e Educação Ambiental– SUPEM
Membro titular

Ata da 3ª Reunião Ordinária da CCAF - 2017



GEDILENE LUSTOSA GOMES DE ALMEIDA

Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Distritais
Membro titular

EDENIO GUSTAVO DE C. SALES

Superintendência de Fiscalização Ambiental – SUFAM
Membro suplente (Em substituição)

PAULO CÉSAR MAGALHÃES FONSECA

Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas – SUGAP
Membro suplente (Em substituição)

PEDRO HENRIQUE ZUCHI DA CONCEIÇÃO

Fundação Universidade de Brasília – UnB
Membro titular

Ata da 3ª Reunião Ordinária da CCAF - 2017



NAZARÉ LIMA SOARES

Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA
Membro titular

RICARDO RORIZ

Secretaria Executiva da Câmara de
Compensação Ambiental e Florestal – SECCAF

SAMUEL DE JESUS SILVA LIMA

Secretaria Executiva da Câmara de
Compensação Ambiental e Florestal – SECCAF

Ata da 3ª Reunião Ordinária da CCAF - 2017